



Banco Pan

Relatório da Administração – 1T15

04 de Maio de 2015

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Pan S.A. (“Pan”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes informações trimestrais relativos ao trimestre encerrado em 31 de março de 2015, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações trimestrais apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Desde 2011, por ocasião da entrada do Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) no bloco de controle do Pan, foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica entre os acionistas controladores e a Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa Econômica Federal (“Caixa”) em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação, sempre que esta desejar cedê-los; e (ii) o reforço de liquidez através de acordo de depósitos interbancários ou operações similares realizados com ambos os acionistas controladores, BTG Pactual e Caixa. Estes são contratos de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao Banco alternativas de *funding* com custo competitivo.

Adicionalmente, desde 2012, o Pan mantém acordo de cooperação mútua junto à Caixa para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seus objetivos são criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

Os diversos acordos operacionais e comerciais firmados desde a formação do atual bloco de controle do Pan, entre este e seus acionistas controladores, demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

AMBIENTE ECONÔMICO

Com relação à atividade econômica, o PIB do 4º trimestre de 2014 expandiu 0,3% em relação ao trimestre anterior, após ajustes para efeitos sazonais, registrando queda de 0,2% em relação ao mesmo período de 2013. Com este resultado o PIB de 2014 registrou crescimento de 0,1%, ficando 2,7% abaixo do observado em 2013 e marcando o desempenho mais fraco desde a contração de 2009.

Do lado da oferta, o setor primário mostrou o maior crescimento do trimestre com expansão de 1,8% na comparação com o trimestre anterior. No entanto, o bom desempenho seguiu dois trimestres de contração. No ano houve ligeira expansão de 0,4%, muito abaixo da expansão de 7,9% registrada em 2013. De outro lado, a indústria não surpreendeu ao registrar mais uma queda trimestral de 1,2% confirmando a contração do setor em 2014. As atividades de serviços expandiram 0,3% no trimestre, movimento moderado em relação ao anterior. No ano de 2014, os serviços registraram crescimento de 0,7%.

Do lado da demanda, o destaque positivo ficou com o consumo das famílias que cresceu 1,1% na comparação trimestral, após resultados bastante modestos nos cinco trimestres anteriores. Entretanto o desempenho não foi suficiente para evitar o crescimento anual de 0,9%. Já o investimento, apesar de ter vindo acima do esperado, registrou queda anual de 4,4% em relação a 2013.

Quanto ao setor externo, notamos que o balanço de pagamentos registrou déficit de US\$ 5,7 bilhões em março de 2015, totalizando um déficit de US\$ 25,4 bilhões no primeiro trimestre de 2015 vis-à-vis o déficit de US\$ 27,7 bilhões registrado no mesmo período de 2014. O déficit acumulado em 12 meses encontra-se em US\$ 101,6 bilhões, equivalentes a 4,5% do PIB, comparativamente ao déficit de US\$ 104 bilhões, ou 4,8% do PIB em 2014. Na conta corrente, a tendência de desaceleração em viagens internacionais e remessa de lucros e dividendos continuou nítida, na primeira a queda foi de 27% na comparação com igual período em 2014 e, na segunda, a contração foi de 48%. Na conta financeira, houve ingresso líquido de investimento direto no país (IDP), de US\$ 4,3 bilhões no mês, sendo que US\$ 3,4 bilhões de investimentos para participação em capital e US\$ 824 milhões de operações *intercompany* - somado a repatriação de investimento direto no exterior de US\$ 329 milhões o fluxo líquido em investimento direto foi de US\$ 4,6 bilhões. Na rubrica investimento em carteira, os ingressos somaram US\$ 2,9 bilhões, dos quais US\$ 1,4 bilhão direcionado a investimento em renda fixa no país. O fluxo entrante forte em investimento tem sido suficiente para cobrir o déficit em conta corrente a despeito das baixas taxas de rolagem neste ano, 104% no ano e 102% no mês.

Sobre a inflação, o IPCA de março de 2015 teve alta de 1,32% na variação com relação a fevereiro de 2015, atingindo 3,8% no primeiro trimestre deste ano (inflação para o período mais alta desde 2003). Com isso, a inflação acumulada em 12 meses continuou a subir e registrou 8,1% em março (acima dos 6,4% observados no final de 2014). Os números de inflação no primeiro trimestre foram impactados pelos reajustes em preços administrados (que em março registraram 13,4% no acumulado em 12 meses). No entanto, tanto as medidas de núcleo da inflação como o índice de difusão deterioraram no período. De outro lado, a inflação de serviços cedeu um pouco, mas principalmente em decorrência da evolução de alguns itens específicos.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego subiu para 5,9% em fevereiro vindo de 5,3% em janeiro, registrando o maior nível para o mês desde 2011. Este foi o terceiro mês consecutivo com aumento da taxa de desemprego na comparação anual. Assim como em janeiro, o aumento da taxa decorreu da combinação do declínio na população ocupada com o aumento nos desempregados. Em linha com os dados do Ministério do Trabalho, fevereiro marcou o terceiro mês com desaceleração no emprego formal. Com relação à renda, o rendimento médio real de fevereiro caiu em termos nas comparações mensal e anual. Esta foi a primeira queda anual desde outubro de 2011. Em conjunto com o declínio no emprego, a queda no rendimento impactou a dinâmica da massa salarial que também contraiu em termos reais tanto no mês quanto no ano. No caso da massa salarial esta foi a primeira variação anual negativa desde abril de 2004.

Em relação ao mercado de crédito, o saldo das operações, em março de 2015, cresceu 11,2% na comparação anual. Este crescimento anual foi influenciado pela expansão de 18,4% no crédito direcionado puxado pelas operações de crédito imobiliário para pessoas físicas que avançou 26,5% e BNDES para as pessoas jurídicas que cresceu 16,3%, enquanto que o crédito livre evoluiu 5,2%. Com este resultado a razão crédito/PIB atingiu 54,8% em março, comparados a 54,4% em fevereiro de 2015 e 52,2% em março de 2014. Em linha com as tendências recentes, as instituições públicas ampliaram sua participação nos saldos mas apenas marginalmente (54,5% em março de 2015 frente a 54,3% em fevereiro de 2015 e 52,0% em março de 2014). Com relação às taxas praticadas, a taxa média de juros do crédito livre para pessoas físicas subiu ligeiramente em março de 54,3% para 54,4%. Na mesma direção, a taxa para operações com pessoas jurídicas também subiu, mas de forma mais acentuada (de 26,1% para 26,5%). A inadimplência das pessoas físicas no crédito livre registrou pequena queda atingindo para 5,2% em março vindo de 5,3% em fevereiro. Já entre as pessoas jurídicas a inadimplência apresentou pequeno aumento e alcançou 3,6% vindo de 3,5% em fevereiro.

Sobre a situação fiscal, o governo central registrou déficit de R\$ 7,4 bilhões em fevereiro de 2015. Considerando a metodologia “acima da linha” utilizada pelo Tesouro Nacional, nos primeiros dois primeiros meses do ano foi registrado um superávit de R\$ 3 bilhões, o que representa 5,5% da meta do governo para 2015. Já para o setor público consolidado foi anunciado um déficit de R\$ 2,3 bilhões em fevereiro, representando um déficit de 0,7% do PIB no acumulado em doze meses.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Mesmo diante de um contexto de retração da atividade econômica e juros mais altos, o Pan manteve sua trajetória de crescimento na originação de ativos de crédito, que atingiu média mensal de R\$ 1.537,1 milhões no 1º trimestre de 2015, valor 24,3% superior aos R\$ 1.236,6 milhões originados durante o mesmo trimestre de 2014. Na comparação com o 4º trimestre de 2014, quando a originação atingiu média mensal de R\$ 1.911,0 milhões, houve uma redução devido à influência de fatores sazonais.

O saldo da Carteira de Crédito com Resultado Retido atingiu R\$ 17.867,2 milhões ao final do 1º trimestre de 2015, com crescimento de 1,9% em relação aos R\$ 17.536,0 milhões registrados ao final do 4º trimestre, e crescimento de 12,8% em relação aos R\$ 15.836,9 do mesmo trimestre de 2014, mesmo tendo cedido R\$ 2.379,5 milhões no trimestre e R\$ 8.145,0 milhões nos últimos 12 meses.

A Carteira Total de Crédito atingiu R\$ 17.923,5 milhões ao final do 1º trimestre de 2015, valor 1,6% superior à carteira de R\$ 17.632,9 milhões ao final de dezembro de 2014 e 10,6% superior aos R\$ 16.206,8 milhões de março de 2014. Este valor inclui: (i) a Carteira de Créditos com Resultado Retido, de R\$ 17,9 bilhões e (ii) os créditos cedidos com coobrigação anteriormente à Resolução 3.533/08 do Bacen, no montante de R\$ 56,3 milhões.

Em 31 de março de 2015, o Pan possuía aplicações em títulos privados no valor de R\$ 4,3 milhões. Assim, a Carteira Total de Crédito Expandida, incluindo tais operações, atingiu o montante de R\$ 17.927,8 milhões no final do primeiro trimestre do ano.

Financiamento de Veículos

Segundo o Bacen, o saldo de crédito para aquisição de veículos (CDC PF) totalizou R\$ 179,6 bilhões no 1º trimestre de 2015, registrando queda real de 6,0% em relação ao trimestre anterior e de 12,5% ante o mesmo período de 2014. A modalidade representa 22,8% do saldo de crédito livre destinado às famílias. Já a carteira de leasing, que representa 0,4% do saldo de crédito para as famílias, continua se retraindo e registrou queda real de 18,0% no trimestre e de 58,6% nos últimos doze meses, totalizando R\$ 2,8 bilhões.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias nos financiamentos de veículos (CDC PF) atingiu 3,9% no 1º trimestre de 2015, se mantendo estável em relação ao 4º trimestre de 2014 e registrando queda de 1,1p.p. em relação ao mesmo período do ano de 2014. Destaca-se que a máxima histórica do indicador foi alcançada em junho de 2012 (7,2%), tendo recuado gradativamente desde então.

No 1º trimestre de 2015, as taxas de juros para aquisição de veículos cobradas das famílias atingiram 24,7% a.a., aumento de 2,4 p.p. em relação ao trimestre anterior e avanço de 1,2p.p. em doze meses.

De acordo com a Fenabreve, foram vendidas 3,0 milhões de unidades de veículos leves (automóveis e comerciais leves novos e usados) no 1º trimestre de 2015, queda de 3,1% em relação ao mesmo período de 2014, com a comercialização de usados avançando 1,3% e as vendas de veículos novos registrando queda de 16,2%. Na

comparação com o trimestre anterior houve queda de 1,8% no mercado de veículos usados e de 13,4% no segmento de novos (dados com ajuste sazonal).

Já as vendas de veículos pesados (ônibus e caminhões) atingiram 108,6 mil unidades no 1º trimestre de 2015, registrando recuo de 14,5% em relação ao 1º trimestre do ano passado, com forte queda de 32,9% no segmento de novos e retração de 6,6% no mercado de usados. Na comparação com o trimestre anterior, houve queda de 30,7% e de 6,1% no mercado de pesados novos e no segmento de pesados usados, respectivamente (dados ajustados sazonalmente).

Ainda de acordo com a Fenabreve, as vendas de motos no 1º trimestre de 2015 totalizaram 1,0 milhão de unidades, incluindo novas e usadas, apresentando queda de 1,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (queda de 10,5% no segmento de motos novas e alta de 3,5% no mercado de usadas). Na comparação com o trimestre anterior, houve queda de 1,4% no mercado de motos novas e de 3,0% no segmento de motos usadas (dados ajustados sazonalmente).

O financiamento de veículos permanece como a principal carteira de crédito da Companhia. O Banco está ativamente presente em 8.876 concessionárias autorizadas e lojas multimarcas de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 13,0% da originação total.

No 1º trimestre de 2015, foram concedidos R\$ 1.669,7 milhões em novos financiamentos, incluindo as operações de arrendamento mercantil, valor 7,0% superior aos R\$ 1.559,9 milhões originados no mesmo trimestre de 2014 e 12,9% inferior aos R\$ 1.915,9 milhões originados no 4º trimestre de 2014, em função da sazonalidade do último trimestre.

A estratégia do Pan em veículos leves tem sido orientada pela busca de diversificação entre o segmento de automóveis novos e usados. Neste sentido, cabe destacar que no 1º trimestre de 2015 o financiamento de automóveis nas concessionárias respondeu por 50,4% do financiamento de veículos leves e 42,7% do financiamento total de veículos, percentuais comparados, respectivamente, aos 54,4% e 46,2% do trimestre anterior e aos 56,5% e 45,9% do 1º trimestre de 2014.

Acompanhando a retração do setor, o financiamento de motos atingiu média mensal de R\$ 57,2 milhões no 1º trimestre de 2015, 13,3% inferior aos R\$ 65,9 milhões do 4º trimestre de 2014 e 2,1% abaixo do 1º trimestre de 2014.

Também em linha com o recuo da indústria, o segmento de veículos pesados apresentou produção média mensal de R\$ 27,5 milhões no 1º trimestre, redução de 7,5% frente aos R\$ 29,7 milhões do 4º trimestre de 2014 e 28,8% abaixo dos R\$ 38,5 milhões do 1º trimestre de 2014.

A administração do Pan trabalha constantemente no aprimoramento dos modelos de aprovação, sistemas e processos de crédito do Banco. Como fruto deste trabalho, vem sendo alcançada uma melhoria substancial da qualidade das carteiras originadas, como demonstram os indicadores antecedentes de qualidade das safras originadas desde o 2º semestre de 2011.

Crédito Pessoal

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito pessoal total (consignado e não-consignado) totalizou R\$ 362,4 bilhões no 1º trimestre de 2015, registrando retração real de 1,1% em relação ao trimestre anterior e aumento de 2,2% em relação ao saldo do mesmo trimestre de 2014. A modalidade representa 46,1% do saldo de crédito livre para as famílias.

A carteira de crédito consignado atingiu R\$ 259,0 bilhões no 1º trimestre de 2015, registrando queda real de 1,1% em relação ao trimestre anterior e aumento de 4,3% no comparativo anual. Dentre os três segmentos que compõe o crédito consignado, o estoque de crédito para beneficiários do INSS foi o que registrou maior expansão real anual (+7,5%), seguido por servidores públicos (+3,6%). Destaca-se que os empréstimos para servidores públicos representam 61,2% do estoque de crédito consignado total.

Já o saldo de crédito pessoal não-consignado alcançou R\$ 103,4 bilhões, registrando queda real de 1,3% em relação ao 4º trimestre de 2014 e de 2,9% em doze meses.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias na modalidade de crédito pessoal atingiu 3,7% no 1º trimestre de 2015, recuos de 0,1p.p e de 0,2p.p. em relação ao trimestre anterior e nos últimos 12 meses, respectivamente. No segmento não-consignado, a taxa de atrasos registrou alta de 0,3p.p. no comparativo anual, atingindo 7,1% do estoque de crédito. Já no segmento de crédito consignado, a taxa de inadimplência atingiu 2,3%, recuo de 0,1p.p. e 0,3p.p., em relação a dezembro e março de 2014, respectivamente.

O Pan concedeu R\$ 2.031,4 milhões em novos créditos consignados para servidores públicos e beneficiários do INSS durante o 1º trimestre de 2015, valor 93,3% superior aos R\$ 1.051,1 milhões originados no mesmo trimestre de 2014 e 9,2% inferior aos R\$ 2.236,1 milhões do trimestre anterior, lembrando que no trimestre anterior houve mudanças regulatórias que aumentaram a produção, mas de toda forma a concessão mostra um novo patamar.

Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$ 112,0 milhões em novos financiamentos no 1º trimestre de 2015, com aumento de 2,8% em relação ao trimestre anterior e redução de 9,5 % em relação ao mesmo trimestre de 2014.

Empresas

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito livre para empresas totalizou R\$ 791,8 bilhões no 1º trimestre de 2015, registrando reduções reais de 3,9% e 2,8% em comparação ao trimestre anterior e ao 1º trimestre de 2014, respectivamente. Dentre as modalidades de financiamento a Pessoas Jurídicas, a carteira de capital de giro registrou saldo de R\$ 386,0 bilhões, representando 48,8% do saldo de crédito livre na modalidade.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias representou 3,6% da carteira de crédito a empresas no 1º trimestre de 2015, registrando recuo de 0,2p.p. na comparação com o trimestre anterior e avanço de 0,4p.p. em relação ao mesmo período de 2014.

Os atrasos no segmento de capital de giro avançaram 0,4p.p. em relação ao mesmo período de 2014, atingindo o patamar de 4,1% no 1º trimestre de 2015.

A concessão de novos financiamentos do Pan para empresas no 1º trimestre deste ano foi de R\$ 647,1 milhões, valor 16,1% inferior aos R\$ 771,2 milhões concedidos durante o 1º trimestre de 2014 e 50,4% inferior aos R\$ 1.305,9 milhões registrados no 4º trimestre de 2014, quedas justificadas pela sazonalidade presente no 1º trimestre, acentuada pelo momento macroeconômico atual.

Desta forma, a carteira de crédito para empresas, atingiu o montante de R\$ 4.191,1 milhões, com crescimento de 0,8% em relação à carteira de R\$ 4.159,5 milhões registrados no final de dezembro, e 25,4% superior ao saldo de R\$ 3.342,9 milhões ao final de março de 2014.

Considerando o saldo de avais e fianças no valor de R\$ 24,0 milhões e as aplicações em títulos privados no valor de R\$ 4,3 milhões, a carteira de crédito expandida para empresas fechou o trimestre com saldo de R\$ 4.219,4 milhões.

O saldo das operações de ACC em dólares era equivalente a R\$ 472,4 milhões ao final do trimestre, comparado ao saldo de R\$ 525,9 milhões em dezembro e de R\$ 330,3 milhões no final de março de 2014, representando queda de 10,2% no trimestre e aumento de 43,0% em relação ao mesmo período de 2014.

O banco mantém uma política de diversificação de riscos, apresentando, portanto, alta pulverização da carteira entre setores e grupos econômicos. Dessa forma, os 10 maiores clientes representavam apenas 9,9% do saldo desta carteira ao final do 1º trimestre de 2015.

Crédito Imobiliário

O saldo de crédito imobiliário PF (taxas livres + taxas reguladas) totalizou R\$ 452,1 bilhões no 1º trimestre de 2015, crescimento real de 0,9% em relação ao trimestre anterior e avanço de 17,0% no ano. Desse total, R\$ 391,1 bilhões correspondem a recursos com taxas reguladas, com crescimento de 1,1% e 17,6% na comparação trimestral e nos últimos doze meses, respectivamente. O saldo de crédito imobiliário contratado a taxas de mercado atingiu R\$ 61,1 bilhões, queda real de 0,4% no trimestre e aumento real de 13,1% no comparativo anual. A modalidade conta com uma das menores taxas de atrasos do segmento de financiamento para as famílias: a inadimplência acima de 90 dias atingiu 1,7% da carteira de crédito imobiliário no 1º trimestre de 2015, recuos de 0,3p.p. e 0,1p.p. em relação ao 4º e ao 1º trimestres de 2014.

O Pan originou R\$ 151,0 milhões em créditos imobiliários durante o 1º trimestre de 2015, dos quais: (i) R\$ 109,8 milhões se referem à concessão de financiamentos para pessoas físicas, sendo R\$ 34,3 milhões em operações de refinanciamento (Crédito Fácil) e R\$ 75,5 milhões para a aquisição de imóveis; e (ii) R\$ 41,0 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Brazilian Securities") para securitização.

O volume de créditos originados durante o 1T15 foi 9,0% inferior ao trimestre anterior e 25,9% inferior ao 1º trimestre de 2014, queda justificada pela sazonalidade e pelo conservadorismo do Banco.

A carteira de crédito imobiliário atingiu R\$ 821,9 milhões no final de março deste ano, valor 7,2% superior ao saldo de R\$ 766,9 milhões de dezembro de 2014 e 36,5% maior do que o saldo de R\$ 602,2 milhões em março de 2014.

Cartões

A base de cartões de crédito fechou o 1º trimestre do ano com 1,8 milhão de plásticos emitidos. O volume de transações atingiu o montante de R\$ 770,0 milhões, montante 13,0% superior ao volume transacionado no mesmo trimestre de 2014.

Mesmo com o crescimento anual de 9,0% da carteira (Cartões de Créditos e Valores a Receber com Características de Crédito), houve um aumento de apenas 2,2% na provisão para créditos de liquidação duvidosa na comparação entre o 1º trimestre de 2015 e o mesmo trimestre de 2014, enquanto a despesa administrativa registrou queda de 1,4% no período.

Seguros

Conforme mencionado no trimestre anterior, em virtude da venda da Pan Seguros S.A. ("Pan Seguros") e da Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. ("Pan Corretora") concluída em Dezembro de 2014, foi firmado um acordo operacional de distribuição, válido por 20 anos, por meio do qual a Pan Seguros utilizará o balcão do Pan na comercialização de seus produtos, e este será remunerado com uma receita de serviço.

Sendo assim, o Pan originou o montante de R\$ 42,0 milhões em prêmios de seguros durante o 1º trimestre de 2015, aumentos de 7,5% e 22,5% em relação ao 4º e 1º trimestres de 2014. Dentre os prêmios originados no 1º trimestre, observa-se: R\$ 28,8 milhões de seguro de proteção de crédito (Pan Protege), R\$ 4,3 milhões de seguro habitacional, R\$ 2,4 milhões de seguro de cartões e R\$ 6,5 milhões com outros seguros.

Captação de Recursos

Os recursos captados totalizaram R\$ 20,9 bilhões em março de 2015, 2,9% acima do saldo de R\$ 20,3 bilhões em dezembro de 2014 e 14,4% acima do saldo de R\$ 18,3 bilhões no final do 1º trimestre de 2014, acompanhando as necessidades de financiamento dos crescentes ativos do Banco. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interbancários, que representavam R\$ 10,4 bilhões, ou 49,9% do total; (ii) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 2,8 bilhões, representando 13,2% do total; (iii) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que representavam R\$ 2,7 bilhões, ou 12,6% do total; (iv) as letras financeiras, que correspondiam a R\$ 2,1 bilhões, ou 10,2% do total; (v) as operações compromissadas, no total de R\$ 1,8 bilhão, 8,8% do total; (vi) as captações vinculadas à cessão de créditos com retenção de riscos e benefícios realizadas após julho de 2014, de acordo com a Resolução 3.533/08 do Bacen, no valor de R\$ 680,7 milhões, representando 3,3% do total; e (vi) os empréstimos no Brasil e exterior, que correspondiam a R\$ 182,7 milhões, equivalentes a 0,9%.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua nova estrutura de controle acionário, o Banco vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Como consequência, o saldo de captações através de depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (“DPGE I”) manteve sua trajetória de redução, encerrando o 1º trimestre de 2015 em R\$ 141,4 milhões, 8,7% abaixo dos R\$ 154,8 milhões ao final de dezembro de 2014 e 38,2% abaixo dos R\$ 228,7 milhões registrados em março de 2014.

Da mesma forma, o saldo de captações através de cessões de carteiras de crédito com coobrigação, anteriores à Resolução 3.533/08 do Bacen, vem sendo gradualmente reduzido à medida que as carteiras cedidas no passado vencem, uma vez que o Pan não realizou mais cessões nesses moldes sob a atual administração. Assim, o saldo de R\$ 56,3 milhões ao final de março de 2015, representou quedas de 41,9% frente ao saldo de R\$ 96,9 milhões ao final de dezembro de 2014 e de 84,8% em relação ao saldo de R\$ 369,9 milhões registrado em março do ano anterior.

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Pan declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Custos e Despesas

No 1º trimestre de 2015, a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$ 251,8 milhões, 6,4% superior aos R\$ 236,6 milhões do trimestre anterior e 6,7% superior à despesa de R\$ 236,0 milhões registrada no 1º trimestre de 2014. Vale notar que a carteira de crédito também aumentou nestes trimestres.

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa, que vem contribuindo de forma positiva ao longo dos trimestres, foi de R\$ 62,2 milhões durante o 1º trimestre de 2015, frente aos R\$ 71,9 milhões e aos R\$ 65,2 milhões recuperados durante o 4º e 1º trimestre de 2014, respectivamente.

Assim, a despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$ 189,6 milhões no 1º trimestre de 2015, superior às despesas líquidas de R\$ 164,7 milhões no trimestre anterior e de R\$ 170,8 milhões do mesmo trimestre de 2014. Cabe ressaltar que, como já mencionado, apesar da despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa do 1T15 ter sido superior à despesa do 4T14, a carteira de crédito também apresentou crescimento no período, além do efeito da sazonalidade que costuma afetar o 1º trimestre do ano.

As despesas de pessoal, tributárias e administrativas, incluindo as despesas com originação, totalizaram R\$ 470,4 milhões no 1º trimestre de 2015, comparadas aos R\$ 476,1 milhões no 4º trimestre de 2014 e aos R\$ 394,3 milhões no 1º trimestre de 2014. Se desconsiderarmos as despesas com originação, o Pan reduziu suas despesas em 6,6% no trimestre.

No 1º trimestre de 2015, observamos a nova regra de contabilização das despesas de comissão na originação de créditos, introduzida pela Circular BACEN 3.738, que antecipa uma parcela maior da comissão, e que gerou uma despesa de R\$ 32,1 milhões neste trimestre.

A adequação da estrutura de custos do Pan à sua capacidade de originação de receitas é analisada de forma contínua. Assim, a estrutura de custos do Banco está dimensionada conforme as atuais expectativas da administração para os futuros volumes e margens de operações de crédito. Caso o ambiente econômico e mercadológico interfira na evolução do nosso plano de negócios, medidas adicionais de ajuste de custos serão tomadas para garantir tal adequação.

Lucro Líquido, Patrimônio e Alavancagem

No 1º trimestre de 2015, o Pan apresentou resultado consolidado negativo de R\$ 73,5 milhões, frente ao lucro líquido de R\$ 226,5 milhões registrado no 4º trimestre de 2014 e ao prejuízo de R\$ 78,6 milhões registrado no mesmo trimestre de 2014.

Especificamente no 4º trimestre de 2014, houve uma influência de R\$ 231,9 milhões no lucro líquido em função da venda da Pan Seguros e da Pan Corretora. Já no 1º trimestre de 2015, observamos a nova regra de contabilização das despesas de comissão na originação de créditos, que antecipa uma parcela maior da comissão, e que gerou uma despesa adicional de R\$ 32,1 milhões neste trimestre. Adicionalmente, os resultados trimestrais citados são impactados pelo volume das cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período.

No 1º trimestre de 2015, as cessões de carteira sem coobrigação somaram R\$ 2.379,5 milhões. As participações de cada carteira (veículos, consignado e imobiliário) no volume cedido também impactaram a receita gerada e, conseqüentemente, a margem financeira líquida, que encerrou o 1º trimestre de 2015 em 12,2%, frente a 14,7% e 11,7%, registrados no 4º e 1º trimestres de 2014, respectivamente.

O Patrimônio Líquido Consolidado do Pan encerrou o mês de março em R\$ 3.558,6 milhões, frente aos R\$ 3.634,5 milhões registrados em dezembro e aos R\$ 2.226,0 milhões em março de 2014.

O Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro encerrou o trimestre em 16,8%, sendo 12,3% de Capital Principal, frente aos 18,7%, sendo 13,5% de Capital Principal, registrados ao final de 2014 e 12,1%, sendo 6,5% de Capital Principal, em 31 de março de 2014. O valor da Margem Operacional para o Conglomerado Financeiro no 1º trimestre foi de R\$ 1.135,3 milhões, comparado aos R\$ 1.494,3 milhões registrados no 4º trimestre de 2014 e R\$ 132,2 milhões em março de 2014.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan não contratou neste exercício e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 4 de maio de 2015.